

TRANSPORTE

Prefeitura faz audiência virtual sobre nova concessão

ÔNIBUS. Sob críticas da Defensoria Pública, a Prefeitura de São José dos Campos promove nessa segunda-feira (15), a partir das 9h, uma 'audiência pública virtual' para apresentar à população a minuta do edital da futura concessão do transporte público. A audiência será transmitida pela TV Câmara e pelos canais oficiais da Prefeitura e do Legislativo nas redes sociais. A participação popular, ao vivo, será por telefone. Sugestões para análise posterior também poderão ser enviadas até o dia 17, seja diretamente à Secretaria de Mobilidade Urbana ou por e-mail. Para a Defensoria, ao agendar o evento, o governo Felício Ramuth (PSDB) descumpriu uma decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública, que no dia 20 de maio determinou a suspensão das reuniões e audiências públicas sobre o tema. O órgão pede que as 10 reuniões públicas feitas online e essa audiência virtual sejam anuladas. ■

CRONOGRAMA

Obra na SP-62, em Taubaté, vai atrasar ao menos 4 meses

PRAZO. A obra de revitalização do trecho urbano da rodovia SP-62, em Taubaté, vai atrasar pelo menos quatro meses. Iniciada em março de 2019, a obra tinha prazo de conclusão de 15 meses. Ou seja, deveria ficar pronta esse mês. No entanto, segundo a prefeitura, só deve ser entregue em outubro. De acordo com a última medição, a obra está com 81% de execução. Segundo o governo Ortiz Junior (PSDB), o atraso ocorreu devido à "inclusão de novos serviços no contrato, como a drenagem na região do hospital São Lucas além da implantação de calçadas e ciclovia deste o Santa Tereza até a região do Taubaté Shopping". A obra, que deveria custar R\$ 18,8 milhões (valor dividido entre Prefeitura e Estado), já está 24,97% mais cara - o acréscimo de R\$ 4,7 milhões será pago pelo município. As melhorias serão feitas em 6,3 quilômetros de extensão, englobando as avenidas Emílio Amadei Beringhs, Carlos Pedroso da Silveira e Charles Schneider. ■

INQUÉRITO GOVERNO FELICIO E INSTITUTO DE PESQUISA DEFENDEM METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO

MP vai investigar pesquisa para mapeamento de casos

Investigação foi aberta após denúncia de vereadora do PT, que questiona eficácia da metodologia das duas pesquisas feitas pelo instituto Indsat, que custaram R\$144 mil

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Julio Codazzi
@juliocodazzi



Após denúncia da oposição, o Ministério Público instaurou um inquérito para investigar supostas irregularidades no contrato firmado entre a prefeitura e o instituto Indsat para mapear o grau de contaminação da população de São José dos Campos pela Covid-19.

A investigação foi iniciada no dia 4 de junho pela promotora Ana Chami, após representação da vereadora Amélia Naomi (PT). O MP já fez uma série de questionamentos ao governo Felício Ramuth (PSDB) e aguarda resposta.

Até agora foram feitas duas pesquisas - uma em 16 e 17 de abril e outra em 13 e 14 de maio. Ambas apontaram que 3,11% da população teve contato com o novo coronavírus. Cada pesquisa custou R\$ 12 mil ao município. Já cada um dos 450 testes rápidos aplicados em cada rodada custou R\$ 135. Ou seja, os dois levantamentos saíram por cerca de R\$ 144 mil.

Na representação, a vereadora do PT alegou que "paira grande dúvida sobre a credibilidade, eficácia e utilidade dos serviços prestados pela empresa em questão, tendo em vista que a mesma vem testando uma parcela irrelevante numericamente da população joseense (450 pessoas) sem transparência quanto aos critérios utilizados, com índices que dão margem de erro de até 4 pontos percentuais" - na realidade, a margem de erro é de 4,8 pontos percentuais.

A vereadora alegou ainda na denúncia que "fica muito difícil mapear a infecção causada pelo coronavírus quando as estratégias adotadas para enfrentar o problema podem apresentar uma inconsistência numérica enorme (podendo o número ser mais que o triplo, tendo em vista que a margem de erro pode ser até 4 pontos percentuais maior, ou seja, elevando o número de infectados para mais de 50 mil infectados)", e disse existirem "indícios graves de desvio de finalidade para a



Mapeamento. Foram feitas rodadas da pesquisa em abril e maio

qual a empresa está prestando os serviços, que à primeira vista, se mostram completamente inócuos, ante a duvidosa eficácia e confiabilidade dos métodos adotados pela mesma".

Em nota, o governo Felício informou que "já recebeu a notificação do Ministério Público e enviará as informações necessárias". "A metodologia [no levantamento da Indsat] é a mesma utilizada pelo Ministério da Saúde para realização da pesquisa em 133 municípios brasileiros, incluindo São José dos Campos, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas. Nesta ação [do governo federal] foram testadas 170 pessoas, quantidade muito inferior à aplicada pela prefeitura". O Indsat também defende a metodologia da pesquisa e a credibilidade dos resultados. ■

VEIBRAS

música na band
Live
#ficaemcasa

TALIS & WELINTON

▶ 14 DE JUNHO - 16H30 ◀

NO YouTube E NA TELA DA TV BAND VALE

Logos: rilix, NATVA, 103.5 Band FM, SELVA